

Peter Hall

# CIDADES O AMANHÃ

uma história intelectual  
do planeamento e do projeto  
urbanos no século xx

**au01**

COLEÇÃO A+U

Dirigida por J. Guinsburg

*Tradução:* Pérola de Carvalho

*Tradução dos acréscimos da 3ª edição:* Anita Guimarães

*Tradução dos acréscimos da 4ª edição:* Maria Alice Junqueira Bastos

*Revisão técnica geral:* Maria Alice Junqueira Bastos

*Edição de texto:* Marcio Honorio de Godoy

*Revisão:* Luiz Henrique Soares

*Capa e projeto gráfico:* Sergio Kon

*Produção:* Ricardo W. Neves, Sergio Kon, Elen Durando, Luiz Henrique Soares,  
Gabriel V. Lazzari e Lia N. Marques.



PERSPECTIVA

Título do original em inglês

Cities of Tomorrow

Quarta edição publicada em 2014

Copyright © 2014 Peter Hall

Histórico das edições: Basil Blackwell Ltd. (1. ed., 1988); Blackwell Publishers Ltd. (2. ed., 1996) e Blackwell Publishing Ltd. (3. ed., 2002)

Todos os direitos reservados. Tradução autorizada da língua inglesa da edição publicada pela John Wiley & Sons Limited. A responsabilidade pela tradução é apenas da Editora Perspectiva e não da John Wiley & Sons Limited. Nenhuma parte deste livro pode ser reproduzida em nenhuma forma sem a permissão escrita do detentor do original do copyright, John Wiley & Sons Limited.

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação pode ser reproduzida, armazenada em sistema de recuperação, ou transmitida em qualquer formato ou meio eletrônico, fotocópia mecânica, gravação ou outro, exceto as permitidas por UK Copyright, Designs and Patents Act 1998, sem a permissão prévia do editor.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

H184c

Hall, Peter, 1932-2014

Cidades do amanhã : uma história intelectual do planejamento e do projeto urbanos no século xx / Peter Hall ; [tradução Maria Alice Junqueira Bastos, Pérola de Carvalho, Anita Guimarães]. – [4. ed.] – São Paulo : Perspectiva, 2016.

736 p. : il. ; 23 cm.

Tradução de: Cities of tomorrow: an intellectual history of urban planning and design since 1880

Inclui bibliografia e índice

ISBN 978-85-273-1052-9

1. Regiões metropolitanas – História – Séc. xx. 2. Urbanismo – História – Séc. xx. 3. Planejamento urbano – História – Séc. xx. 4. Renovação urbana. I. Título.

16-34243

CDD: 711.43

CDU: 711.432

28/06/2016 29/06/2016

4ª edição revista e ampliada

Direitos reservados em língua portuguesa  
EDITORA PERSPECTIVA S.A.  
Av. Brigadeiro Luís Antônio, 3025  
01401-000 São Paulo SP Brasil  
Telefax: (11) 3885-8388

CAMPUS LUIZ ANTONIO	ORTE UF
BIBLIOTECA	
Sistem.	1012289
Pedido:	260605
Cód. de barras	07229652
Data:	13/07/2017
Nº de chamada:	CHN 215

Para Berkeley

# Sumário

11	Prefácio à Quarta Edição				
13	Prefácio à Terceira Edição				
15	Prefácio à Primeira Edição				
1	Cidades da Imaginação <i>Visões Alternativas da Boa Cidade (1880-1987)</i>	17	7	A Cidade das Torres <i>A Cidade Radiosa Corbusiana: Paris, Chandigarh, Brasília, Londres, St. Louis (1920-1970)</i>	287
2	A Cidade da Noite Apavorante <i>Reações à Cidade Encortçada do Século XIX: Londres, Paris, Berlim, Nova York (1880-1900)</i>	33	8	A Cidade da Suada Equidade <i>A Comunidade Autônoma: Edimburgo, Indore, Lima, Berkeley, Macclesfield (1890-1987)</i>	351
3	A Cidade do Variegado Entorno <i>O Subúrbio do Transporte de Massa: Londres, Paris, Berlim, Nova York (1900-1940)</i>	73	9	A Cidade à Beira da Autoestrada <i>O Subúrbio do Automóvel: Long Island, Wisconsin, Los Angeles, Paris (1930-1987)</i>	391
4	A Cidade no Jardim <i>A Solução Cidade-Jardim: Londres, Paris, Berlim, Nova York (1900-1940)</i>	119	10	A Cidade da Teoria <i>O Planejamento e a Academia: Filadélfia, Manchester, Califórnia, Paris (1955-1987)</i>	463
5	A Cidade na Região <i>O Nascimento do Planejamento Regional: Edimburgo, Nova York, Londres (1900-1940)</i>	187	11	A Cidade do Empreendimento <i>O Planejamento Virado de Ponta-Cabeça: Baltimore, Hong Kong, Londres (1975-2000)</i>	497
6	A Cidade dos Monumentos <i>O Movimento City Beautiful: Chicago, Nova Delhi, Berlim, Moscou (1900-1945)</i>	247	12	A Cidade da Deslustrada Belle Époque <i>Infocidades e Guetos Desinformativos: Nova York, Londres, Tóquio (1990-2010)</i>	533
			13	A Cidade da Permanente Subclasse <i>O Cortiço Duradouro: Chicago, St. Louis, Londres (1920-2011)</i>	585
			639	Notas	
			674	Bibliografia	
			724	Índice das Ilustrações	
			726	Índice Remissivo	

# Prefácio à Quarta Edição

Mais uma década, mais um salto em tecnologia: esta nova edição foi escrita quase em sua totalidade em meu escritório de casa – que aconteceu de ser em Londres, mas podia quase tão bem ter sido na Terra do Fogo – com a ajuda do acesso em banda-larga às riquezas da Biblioteca UCL (University College London), que podia igualmente ter sido qualquer biblioteca universitária bem equipada. Assim o estudo acadêmico está cada vez mais liberado da tirania da geografia – mas, não inteiramente, porque ele também dependeu da assistência devotada de Carlos Galvis e Liron Schur, que fizeram grande parte do trabalho de preparação básico, buscando por nova literatura, localizando e baixando os arquivos, e habilmente convertendo Adobe em Microsoft Word, pronto para os vários passos da cirurgia acadêmica. Obrigado especialmente a eles, e aos vários colegas que suavizaram o caminho por diferentes formas.

Obrigado também a Caroline Hensman, que empreendeu um trabalho épico de pesquisa de imagens após as ilustrações originais terem desaparecido na translação de Blackwell para Wiley Blackwell; a Giles Flitney, que habilmente copidescou o texto inteiro, material antigo e novo, a partir do ponto zero; e a Ben Thatcher da Wiley, que supervisionou o longo e complexo processo.

E finalmente, como sempre ao longo de um quarto de século de distração acadêmica e falta de atenção adequada às coisas que de fato importam, à Magda, que compensou ponderosamente por minhas múltiplas (e agora em rápida multiplicação) deficiências.

*Peter Hall*

Londres, Dezembro de 2013



# Prefácio à Terceira Edição

O prefácio original podia ter sido escrito noutra época: o WordStar (e o sistema operacional no qual ele rodava, o CP/M) são memórias históricas; os computadores pessoais, cada um exponencialmente mais poderoso que o anterior, vieram e se foram da minha escrivaninha; grande parte dessa revisão foi produzida em conexão direta com a internet. Mas a história, ela própria, está menos datada, segundo penso: treze anos em um século não é muito tempo; os temas principais permanecem os mesmos que já nos preocupavam nos anos de 1980, embora sejam agora vistos sob filtros intelectuais e políticos diferentes; houve uma explosão de estudos acadêmicos em história do planejamento, mas não uma reinterpretação fundamental dela.

Sou agradecido a muitos leitores por tornarem o livro proveitoso o suficiente para justificar essa revisão, e àqueles que me disseram tê-lo apreciado. Agradecimentos especiais devo também a umas quinze gerações de estudantes de Berkeley e UCL, que assistiram às minhas aulas de história do planejamento e ajudaram a iluminar meu pensamento; e a Rob Freestone, pelo seu estupendo trabalho em organizar a principal conferência sobre história do planejamento do século xx, em Sydney em 1999, que congregou pesquisadores de todo o mundo produzindo um registro tão esplêndido<sup>1</sup>. Um agradecimento familiar a John Hall, que me forneceu uma monografia fascinante sobre a pioneira *citê-jardin* na sua cidade natal de Suresnes.

Esta é uma revisão mais aprofundada do que a que tentei fazer em 1996, que consistiu simplesmente em um capítulo suplementar. Agora, ela foi realizada de modo a reter a simetria estrutural básica da primeira edição, simetria essa que foi um dos seus princípios fortes de organização e permanece relevante ainda hoje. Procurei incorporar toda a nova literatura essencial nos

lugares apropriados, e espero que quaisquer omissões sejam a mim informadas de modo que eu possa remediá-las em uma próxima vez.

Também incorporei algumas pequenas seções derivadas do meu livro *Cities in Civilization* (Cidades na Civilização). Conforme explicado no prefácio lá, este livro e aquele podem ser de algum modo vistos como ramos de uma mesma árvore. Ao escrever o atual, esforcei-me para evitar superposição, porém ignorar aquele trabalho teria deixado esta revisão incompleta.

Meus agradecimentos, como sempre, a Magda, sem a qual nem esta revisão nem o original teriam sido possíveis.

*Peter Hall*

Londres, abril de 2001

## Prefácio à Primeira Edição

Todo aquele que escreve uma história do planejamento talvez devesse iniciar o prefácio com uma autodefesa: não há dúvida de que a tarefa do planejador é planejar e não refugiar-se em reminiscências. Se escrevi esta história foi simplesmente porque achei o tema intrigante. Como sói ocorrer com assuntos humanos, nós também falhamos em perceber que nossas ideias e ações já foram, e de há muito, pensadas e realizadas por outros; cumpramos nos ficar cientes de nossas raízes. Para por aqui minha exposição de motivos.

Contrariando a moda, não tive patrocínio, logo, não há benfeitores a agradecer; nem auxiliar, e portanto, ninguém a quem culpar senão a mim mesmo. E como também eu próprio fui o datilógrafo, devo agradecer primeiramente aos inventores anônimos de WordStar e WordPerfect; a Chuck Peddle por seu legendário Sirius I; e aos desconhecidos fabricantes caseiros do clone taiwanês que – segundo as férreas leis do fordismo periférico – foi recentemente substituído em meu estúdio. Rosa Husain primorosamente transformou as referências bibliográficas em notas de rodapé e iniciando-se assim, ela também, nos prazeres e horrores em macros do WordPerfect.

Porém, como sempre, quero agradecer aos bibliotecários. Os que pleiteiam uma lei saneadora para a decadência dos serviços públicos, e todos nós ocasionalmente somos levados a isso, talvez nunca tenham precisado recorrer aos serviços prestados pelas grandes bibliotecas de referência do mundo. Tive o privilégio de passar momentos agradabilíssimos em três delas, enquanto pesquisava para este livro: a British Library Reference Division (ou seja, o Gabinete de Leitura do Museu Britânico), a British Library of Political and Economic Science (a Biblioteca LSE) e a Biblioteca da Universidade da Califórnia, Berkeley. Meu tributo à devotada equipe de cada uma das três. E até com certa inveja, meu especial obrigado a Elizabeth

Byrne, que transformou a Environmental Design Library, de Berkeley, no esplêndido lugar que é hoje.

Pequenos trechos do texto passaram por encarnações anteriores: a parte inicial do capítulo 4 surgiu como artigo em *New Society* (repblicado em *Town and Country Planning* e, em seguida, numa antologia, *Founders of the Welfare State*, editada por Paul Barker); uma seção do capítulo 9 foi publicada há muitos anos, em *Man in the City of the Future*, editado por Richard Eells e Clarence Walton. Penso que os escrevi bem, já da primeira vez; portanto, não me desculpo pelo autoplágio. Finalmente, o capítulo 12 contém uma breve autobiografia, pois julguei necessário contar a história do jeito certo; daí, a aparente imodéstia.

Meu editor, John Davey, deu prova de grande paciência. Espero que se sinta compensado com o resultado.

Um agradecimento muito especial vai para dois colegas e bons amigos que serviram de cobaia na leitura do primeiro rascunho: Lyn Davies, em Reading, e Roger Montgomery, em Berkeley. É possível que não os tenha satisfeito de todo, mas afirmo em minha defesa que anotei cuidadosamente seus comentários. E meu muito obrigado também a Carmen Hass-Klau, pela oportuna detecção de certas mancasas em história da Alemanha.

Mais do que eu possa dizer, este livro, num sentido mais geral, colhe frutos de ter sido concebido e escrito no Departamento de Planejamento Urbano e Regional e no Instituto de Desenvolvimento Urbano e Regional da Universidade da Califórnia, em Berkeley. Bem fez Dick Meier, um dos meus colegas de lá, em escrever que as escolas de planejamento, assim como todas as instituições acadêmicas, têm suas eras de ouro. Só quem viveu e trabalhou em Berkeley nesses anos saberá exatamente quão dourada essa era em particular foi. Dedico o livro a meus amigos californianos e ex-californianos, muito numerosos para que possa nomeá-los.

Meus agradecimentos finais, como sempre, a Magda, pelos serviços impecáveis de apoio logístico; e por tudo o mais.

*Peter Hall*

Berkeley e Londres, maio-julho de 1987

# CIDA DES DA IMAGIN AÇÃO

# 1



# Visões Alternativas da Boa Cidade

[1880-1987]

Então perguntei: “Será que a firme convicção de que uma coisa é de determinada maneira faz com que ela realmente assim o seja?”

Ele respondeu: “É o que acreditam todos os Poetas, & em tempos de imaginação essa firme convicção removeu montanhas; muitos, porém, são incapazes de convicções firmes a respeito de qualquer coisa.

WILLIAM BLAKE, *The Marriage of Heaven and Hell* (O Matrimônio do Céu e do Inferno, c. 1790)

CHRISTIAN: Senhor, sou um Homem que está vindo da Cidade da Destruição em demanda do Monte Sião, e disse-me o homem de pé junto ao Portão, no alto desta estrada, que se eu aqui batesse, vós me mostraríeis coisas excelentes, de grande serventia para a minha Viagem.

JOHN BUNYAN, *The Pilgrim's Progress* (1678)

Pois cumpre-nos considerar que seremos cidade em topo de colina. Os olhos de todos estão sobre nós e se procedermos falsamente para com nosso Deus na obra que empreendemos, e assim O levarmos a retirar de nós a Sua ajuda, motivo seremos de contos e chacotas pelo mundo afóra.

JOHN WINTHROP, *A Model of Christian Charity* (1630)

[...] sobre íngente colina,

Íngreme, e escarpada, posta-se a Verdade, e a sina

De quem a queira alcançar é seguir, seguir sem deter;

Que aos imprevistos da colina resistindo, assim há de vencer;

JOHN DONNE, *Satyre III* (c. 1595)

“Homens práticos, que se creem absolutamente isentos de quaisquer influências intelectuais, geralmente são escravos de algum economista defunto”: é o que diz Keynes em trecho célebre, ao finalizar o seu *General Theory*. “Loucos investidos de autoridade”, escrevia ele, “que ouvem vozes pelo ar, estão destilando seu delírio de algum escriba universitário em atividade num passado recente.”<sup>1</sup> Embora dirigida a economistas, essa frase poderia tranquilamente aplicar-se aos urbanistas. Muito, se não tudo o que tem acontecido – de bom e de ruim – às cidades do mundo, nos anos que se seguiram à Segunda Guerra Mundial, pode ser rastreado nas ideias de uns poucos visionários que viveram e escreveram há muito tempo, no mais das vezes quase ignorados e amplamente rejeitados por seus contemporâneos. Pois é no mundo das coisas práticas que agora encontram eles uma defesa póstuma e até mesmo, cabe dizer, sua oportunidade para a desforra.

Este livro é sobre eles, suas visões, e o efeito que essas visões tiveram no trabalho diário de construir cidades. Seus nomes irão repetir-se com frequência, formando como que um Panteão do movimento urbanístico: Howard, Unwin, Parker, Osborn; Geddes, Mumford, Stein, MacKaye, Chase; Burnham, Lutyens; Le Corbusier; Wells, Webber; Wright, Turner, Alexander; Friedmann, Castells, Harvey; Duany, Plater-Zyberk, Calthorpe, Rogers. Resumamos aqui o argumento central: a maioria era de visionários, mas as visões de muitos quedaram por longo tempo estéreis, porque ainda não era chegada a hora. Amiúde utópicas, até mesmo quiliastas, assemelhavam-se nada menos que a versões seculares da Cidade Celestial dos puritanos seiscentistas, engastada no Monte Sião, e agora descida à terra e pronta para uma época que também na terra clamava por recompensa. Quando por fim foram descobertas e ressuscitadas, sua implementação frequentemente ocorreu em lugares, em

circunstâncias e através de mecanismos muito diversos daqueles considerados por seus inventores na origem. Transplantadas no tempo e no espaço, bem como no meio sociopolítico, não é de admirar que produzissem resultados amiúde bizarros e, vez por outra, catastróficos. Para uma avaliação exata, é mister, portanto, que, em primeiro lugar, retiremos as camadas superficiais do solo da história que sepultaram e obscureceram as ideias originais; e em seguida que compreendamos a natureza desse transplante.

## As Raízes Anarquistas do Movimento Urbanístico

Este livro argumentará, especificamente, que, nesse processo de tradução tardia do ideal em realidade, ocorreu, quiçá, uma monstruosa perversão da história. É realmente surpreendente o fato de que muitas – não todas, de maneira alguma – das primitivas visões do movimento urbanístico tenham como origem o movimento anarquista que floresceu nas últimas décadas do século XIX e nos primeiros anos do século XX. Isso vale para Howard, para Geddes e para a Regional Planning Association of America, tanto quanto para os seus muitos derivados no continente europeu. (Não valeu, contudo, e quanto a isso não há qualquer dúvida, para Le Corbusier, que era um centralista autoritário, nem para a maioria dos componentes do movimento City Beautiful, fiéis serviçais do capitalismo financeiro ou de ditadores totalitários.) A visão desses pioneiros anarquistas não era meramente a de uma forma construída alternativa, mas a de uma sociedade alternativa, nem capitalista nem burocrático-socialista: uma sociedade baseada na cooperação voluntária entre homens e mulheres, trabalhando e vivendo em pequenas comunidades autogeridas. Não apenas por sua forma física, mas também pelo espírito, essas comunidades constituíam, portanto, versões seculares da colônia puritana de Winthrop, em Massachusetts: a cidade sobre uma colina. Quando, porém, chegou finalmente a hora de seus ideais serem traduzidos em tijolo e cimento, a ironia foi que – com frequência até excessiva – a concretização do sonho ocorreu mediante a intervenção de burocracias estatais, o que para os sonhadores deve ter sido detestável. Por que isso aconteceu e até que ponto foi responsável pela decepção subsequente em relação à ideia de planejamento, eis uma questão axial que cumpre a este livro levantar.

Nem a ideia nem seu tratamento são originais ou novos. As raízes anarquistas do planejamento têm sido dissecadas a contento por uma série de autores, e em especial por Colin Ward na Grã-Bretanha, e Clyde Weaver nos Estados Unidos<sup>2</sup>. Tenho uma grande dívida pessoal para com eles, tanto por seus escritos quanto pelas conversas que mantivemos. E esse relato se fia, no que diz respeito a grande parte do embasamento essencial, em fontes secundárias; a história do planejamento possui agora uma literatura extremamente rica que saqueei à vontade. Daí por que este livro deve ser visto mais como um trabalho de síntese do que como pesquisa original. Note-se, porém, uma importante exceção: tentei permitir às figuras-chave, fonte das ideias essenciais, que se expressassem em suas próprias palavras.

## Um Aviso: Algumas Pedras no Caminho

A tarefa nem sempre se revela fácil. Visionários têm o dom de expressar-se em idiomas estranhos, de difícil interpretação. Um traço surpreendente e comum a muitas – felizmente não à totalidade – das grandes figuras fundadoras do urbanismo é sua incoerência. Seus primeiros discípulos, todos excessivamente ansiosos de intentar a tarefa, podem ter criado um evangelho em desacordo com os textos originais. As ideias podem provir de textos alheios e, de volta, realimentarem-se em suas fontes, criando um emaranhado confuso, difícil de destrinçar. O mundo cultural e social em que viviam, e que forneceu o material essencial às suas percepções, há muito que se desvaneceu, e é difícil reconstruí-lo: o passado é um país estrangeiro, com língua diferente, costumes diferentes e uma visão diferente da condição humana.

Tentei, tanto quanto possível, deixar os fundadores contarem suas próprias histórias. E como alguns o fazem de maneira digressiva ou abstrusa ou mesmo ambas, manejei pesado mas, espero, judicioso machado: eliminei o palavrório, removi parênteses e, quando necessário, elidi pensamentos. Tentei, assim, fazer por eles o que talvez tivessem desejado para si próprios.

Se esse já é um trabalho bastante árduo, mais árduo ainda é o de compreendermos como, eventualmente, tais ideias foram redescobertas e reabilitadas, e, vez por outra, desvirtuadas. Pois aqui são as grandes questões da interpretação histórica que vêm à baila. Uma escola outrora poderosa, e mesmo dominante, afirmava que o planejamento, em todas as suas manifestações, é uma resposta do sistema capitalista – e particularmente do Estado capitalista – ao



problema da organização da produção e, em especial, ao dilema das crises contínuas. Segundo tal interpretação, a ideia de planejamento será adotada – e com ela as visões dos pioneiros – exatamente quando o sistema precisar dela, nem antes nem depois. É claro que a simplicidade primitiva desse mecanismo de reciprocidade oculta-se sob uma complexa massa de polias e correias históricas: também os historiadores marxistas admitem que hora e vez acontecem – dentro de limites – a todos nós. Mas os limites são reais: concluindo, é o motor tecnológico-econômico que dirige o sistema socioeconômico e, através dele, as respostas da válvula de segurança política.

Quem quer que pretenda escrever história, em qualquer campo – e especialmente neste, onde tantas sofisticadas inteligências marxistas têm atuado –, deve tomar posição sobre tais questões parateológicas de interpretação. É o que faço agora: os atores da história atuam em resposta ao mundo onde eles mesmos se acham inseridos e, particularmente, aos problemas que enfrentam nesse mundo. É o que podemos chamar de óbvio tonitruante; as ideias não surgem de repente, fruto de alguma imaculada concepção, sem o concurso da ação profana. Mas igualmente, os seres humanos – especialmente os mais inteligentes e originais – são quase infinitamente idiossincráticos, criativos e surpreendentes; portanto, o real interesse da história, além daquele que se autopatenteia de modo flagrante, está na complexidade e variabilidade da reação do ser humano. Assim, neste livro, a base marxista dos acontecimentos históricos é considerada quase como um dado; o que faz a história digna de ser escrita e de parte dela ser lida é a compreensão de todos os multifários modos pelos quais o estímulo geral se relaciona com a resposta particular.

Outra declaração de cunho pessoal, no entanto, agora se impõe. Em virtude da vastidão do assunto, vi-me obrigado a ser altamente seletivo. A escolha dos temas principais, constituindo cada um o assunto-eixo de um capítulo, é necessariamente pessoal, e decorrente de juízo. Não procurei – deliberadamente – ocultar meus preconceitos: a meu ver, embora irrealistas e incoerentes, os próceres anarquistas tinham uma visão magnífica das possibilidades da civilização urbana, o que merece ser lembrado e celebrado; Le Corbusier, o Rasputin dessa história, representa, em contraste, a contradição do planejamento autoritário, cujas consequências deletérias permanecem entre nós. É possível que o leitor venha a discordar de tais opiniões, pelo menos da intemperança com que são por vezes exaradas; eu argumentaria dizendo que, ao escrever este livro, não tive em mente obter um consenso aconchegante.

Mas há outro problema, de caráter técnico mais prosaico. Muitos fatos históricos recusam-se terminantemente a obedecer a uma nítida sequência cronológica. Isso é particularmente verdadeiro no tocante à história das ideias:

os produtos da inteligência humana provêm de outros produtos, ramificam-se, fundem-se, jazem adormecidos ou são despertados dos mais complexos modos, o que raramente permite qualquer descrição linear nítida. Pior: sequer se submetem a qualquer tipo de ordenação esquemática. Assim, o analista que busca escrever um relato sobre um conjunto de temas fundamentais, verá que eles se entrecruzam de forma inteiramente desordenada e confusa. Ele irá ser lembrado constantemente do conselho do irlandês em cena naquela velha e coçada anedota: para chegar até ali ele nunca deveria ter começado por aqui. A solução inapelavelmente adotada foi a de contar cada história isolada e paralelamente: cada tema, cada ideia, desenha-se ao longo de, por vezes, seis ou sete décadas. Daí um constante voltar atrás na história, de tal forma que os fatos, com muita frequência, reemergem em diferentes ocasiões. Daí, também, não ter grande importância a ordem em que se leem os capítulos. O que não é de toda verdade; dei tratos ao cérebro para colocá-los numa sequência das menos confusas possíveis, isto é, na mais lógica, em termos de evolução e interação de ideias. Mas um aviso é indispensável: muitas vezes não deu certo.

E esse problema é acrescido por outro. Na prática, o planejamento das cidades funde-se, quase imperceptivelmente, com os problemas das cidades, e com aqueles na economia, na sociologia e na política das cidades, e esses, por sua vez, com toda a vida socioeconômico-político-cultural da época; não há termo nem limite para tais relações, ainda que um – embora arbitrário – deva ser estabelecido. A resposta, no caso, é contar do mundo apenas o suficiente para explicar o fenômeno do planejamento urbano; para fixá-lo firmemente, à maneira marxista, em sua base socioeconômica, e assim dar início à parte realmente interessante da tarefa do historiador. Publiquei depois deste um relato mais geral sobre a criatividade nas cidades, incluindo o tipo especial de criatividade voltada para a resolução dos problemas urbanos; muito na seção concernente do referido livro fornece um *background* para este, e pode mesmo ser visto como um complemento, mesmo eles tendo sido escritos na ordem errada<sup>3</sup>.

Mas até essa decisão deixa disputas remanescentes sobre limites. A primeira delas diz respeito ao significado altamente elástico da expressão “planejamento da cidade”. Quase todos, a partir de Patrick Geddes, concordariam que o referido conceito deveria incluir o planejamento da região que circunda a cidade; muitos, novamente seguindo a liderança de Geddes e da Regional Planning Association of America, iriam ampliá-lo, fazendo-o abarcar a região natural, ou seja, uma bacia fluvial ou uma unidade geográfica com cultura regional própria. E virtualmente todos os planejadores diriam que



seu assunto inclui não apenas o planejamento de tal região mas também as relações entre regiões: por exemplo, o tópico essencialmente importante da relação entre a megalópole em expansão e o despovoamento da zona rural. Mas onde então termina o assunto? De imediato, ele abarca o planejamento econômico regional, que logicamente é inseparável do planejamento econômico nacional e, por conseguinte, da questão geral do desenvolvimento econômico; uma vez mais, os círculos em expansão ameaçam envolver todo o universo do discurso. É imprescindível que haja uma linha demarcatória mais ou menos arbitrária. Eu vou traçá-la de modo a incluir discussões gerais sobre políticas de planejamento nacionais e regionais, porém excluindo questões relativas ao puro planejamento econômico.

O segundo problema de limite está em quando começar. Esta pretende ou pretendia ser uma história do planejamento no século xx. Mas visto que o tema em pauta teve origem na reação à cidade do século xix, é obviamente necessário começarmos por aí: especificamente pela Inglaterra dos anos de 1880. No entanto, as ideias que circulavam então podem ser rastreadas pelo menos para os anos de 1880 e 1840, talvez até os anos de 1500. Como sempre, a história surge como tela inconsútil, um nó górdio que requer certos procedimentos mais ou menos arbitrários de separação para a arrancada inicial.

Existe ainda um terceiro problema de limite: o geográfico. Esta pretende ser uma história global, no entanto – dados todos os mais que evidentes limites estabelecidos pelo espaço e pela competência do autor – deve falhar em seu empenho. O relato resultante é manifestamente anglo-americano-cêntrico. O que pode ser justificado ou, pelo menos, desculpado: como será visto em breve, a maioria das ideias-chave do planejamento no Ocidente no século xx foi concebida e alimentada num clube singularmente pequeno e aconchegante, sediado em Londres e Nova York. Mas essa ênfase significa que o livro lida muito pouco com outras importantes tradições urbanísticas surgidas na França, na Espanha e na América Latina, na Rússia Imperial e na União Soviética, e também na China. Não possuo as capacidades linguísticas e outras habilidades que me permitissem fazer justiça a esses outros mundos. Eles não de necessariamente fornecer assunto para outros livros escritos por outras mãos.

Finalmente, este é um livro sobre ideias e seus impactos. Consequentemente, as ideias ocupam o centro e a frente do palco; os impactos sobre o solo são nitidamente cruciais também, mas serão tratados como expressões – às vezes, é certo, quase irreconhecíveis de tão distorcidas – das ideias. Isto ajuda a explicar duas das principais idiossincrasias do livro. Primeiramente, visto que ideias tendem a vir antes, inclina-se ele firmemente em direção aos

primeiros quarenta anos do século xx. Secundária e conjuntamente, muitos exemplares essenciais do planejamento concretizado no solo foram tratados por alto ou nem sequer mencionados. Livros, como outras tantas substâncias nocivas, deveriam portar avisos, e, neste, a mensagem a ler seria: não leiam este livro como um manual de história do planejamento; pode ser perigoso para a saúde, mormente se estiverem em época de exames na universidade.

Isso tudo aí vai, como não podia deixar de ser, à guisa de apologia. As óbvias omissões e confusões do livro serão um prato cheio para os críticos; nesse ínterim – visando a aparar algumas de suas observações e prevenir os compradores em potencial contra despesas temerárias e conseqüente desapontamento –, cumpre-me fixar as linhas mestras do tema de maneira um pouco mais pormenorizada, a fim de fornecer um guia para o matagal que se avizinha.

## Um Guia Para o Labirinto

O livro afirma, em primeiro lugar e à guisa de introdução, que o planejamento urbano no século xx, como movimento intelectual e profissional, representa essencialmente uma reação contra os males produzidos pela cidade do século xix. O que é dessas afirmações estarrecedoramente nada originais, mas também desesperadoramente importantes: muitas das ideias-chave, muitos dos preceitos-chave só podem ser compreendidos com justeza dentro desse contexto. Em segundo lugar, e basicamente, diz ele que no planejamento urbano do século xx não há mais que umas poucas ideias-chave, e que elas ecoam de novo e são recicladas e reconectadas. Cada uma, por seu turno, origina-se de um indivíduo-chave ou, quando muito, de um pequeno punhado de indivíduos: os verdadeiros pais fundadores do planejamento urbano moderno. (Quase não houve – pobres de nós! – mães fundadoras<sup>4</sup>, cabendo ao leitor julgar as conseqüências.) Eles, por vezes, reforçam-se mutuamente, muito amiúde entram em conflito: a visão de um é o pior inimigo da visão de outro.

O capítulo 2 discute as origens oitocentistas do planejamento urbano do século xx. Procura mostrar que as preocupações dos pioneiros resultaram, de modo bastante objetivo, do compromisso com os milhões de pobres encurralados nos cortiços vitorianos; que, de maneira menos meritória mas bastante compreensível, os que deram ouvido a tais mensagens fizeram-no talvez em grande parte obcecados pela realidade da violência mal reprimida e pela ameaça de insurreição. Embora o problema e certa ansiedade dele decorrente



tenham se repetido em cada uma das grandes cidades do Ocidente, eles foram mais visíveis e com certeza mais sentidos na Londres de meados dos anos de 1880, sociedade urbana torturada por tensões sociais e fermentação política enormes; daí o foco central do capítulo.

O capítulo 3 sugere a presença de uma ironia básica: tão logo se ensaiaram os primeiros experimentos para a criação de uma nova ordem social programada, começou o mercado a dissolver os piores males da cidade do cortiço mediante o processo da suburbanização em massa, embora apenas às expensas – sem dúvida e por certo não evidentemente – de gerar outros males. Uma vez mais, durante várias décadas, Londres liderou o mundo nesse processo, ainda que importando tecnologias na área de transporte e o empreendedorismo norte-americanos. Portanto, aqui também, o enfoque anglo-americano prevalece, se bem que com uma prolongada digressão lateral, a fim de indagarmos por que Paris, Berlim e São Petersburgo demoraram tanto para tomar caminho idêntico.

A primeira e sem dúvida mais importante resposta à cidade vitoriana foi o conceito da cidade-jardim de Ebenezer Howard, *gentleman* e amador (inexistiam, por definição, profissionais na época) de grande visão e igual persistência, que o concebeu entre 1880 e 1898. Seu objetivo era resolver o problema da, ou pelo menos melhorar a, cidade vitoriana, exportando uma porção considerável de sua gente e dos seus empregos para novas e estancas constelações de novas cidades construídas em campo aberto, distantes dos cortiços e da fumaça – e, o que é mais importante, dos altos valores da terra – da cidade-gigante. Como veremos no capítulo 4, o fato repercutiu mundo afora, assumindo, no processo, alguns aspectos estranhos que o tornaram por vezes quase irreconhecível. Dispostas em linha contínua, essas manifestações variaram de puros subúrbios-dormitório, que ironicamente representavam a absoluta antítese de tudo aquilo que Howard defendeu, a utópicos esquemas que pretendiam promover a redução populacional das grandes cidades e recolonização do campo. Algumas dessas variantes, bem como a visão howardiana mais pura, foram executadas por seus seguidores, que por sinal já adquiriram seus próprios nichos no panteão do urbanismo, situados, todos, em segundo plano apenas em relação ao de Howard: Raymond Unwin, Barry Parker e Frederic Osborn na Grã-Bretanha; Henri Sellier na França; Ernst May e Martin Wagner na Alemanha; Clarence Stein e Henry Wright nos Estados Unidos. Outras foram concebidas independentemente, como a visão da cidade linear, do espanhol Arturo Soria, ou a descentralizada Broadacre City de Frank Lloyd Wright. Cada uma delas e suas inter-relações terão necessariamente um lugar especial na narrativa.

A segunda resposta decorreu logicamente, se não de todo cronologicamente, da primeira: é a visão da cidade regional, que leva o tema central de Howard muito além, conceitual e geograficamente, afirmando que a resposta à sórdida saturação populacional da cidade-gigante está num vasto programa de planejamento regional, dentro do qual cada parte sub-regional desenvolver-se-ia harmoniosamente com base nos seus próprios recursos naturais, bem como num total respeito aos princípios de equilíbrio ecológico e renovação de recursos. As cidades, nesse esquema, ficam subordinadas à região: tanto as velhas metrópoles quanto as novas cidades só crescerão como partes necessárias do esquema regional, nem mais nem menos. Essa visão foi desenvolvida pelo biólogo escocês Patrick Geddes logo após 1900, e interpretada durante os anos de 1920 pelos membros fundadores da Regional Planning Association of America: Lewis Mumford, Clarence Stein e Henry Wright, já citados, mais Stuart Chase e Benton MacKaye. Havia outros relacionados com esse grupo, sobretudo norte-americanos: os regionalistas sulistas liderados por Howard Odum, planejadores do New Deal como Rexford Tugwell, e até mesmo – indiretamente – Frank Lloyd Wright. Essa rica e visionária tradição, cuja tragédia foi ter prometido tanto e, na prática, dado tão pouco, é a matéria tratada no capítulo 5.

A terceira linha de conduta coloca-se em total contraste, e mesmo conflito, com as duas primeiras: é a tradição monumental do desenho urbano, que recua até Vitruvius, se não mais, ressurgindo poderosamente na metade do século XIX, pelas mãos de mestres urbanistas como Georges-Eugène Haussmann em Paris ou Ildefonso Cerdà em Barcelona. No século XX, conforme mostra o capítulo 6, reapareceu intermitentemente em lugares bizarros e descombinados: serva do orgulho cívico aliada ao ufanismo comercial na América; expressão da majestade imperial na Índia e na África britânicas; e da independência recém-conquistada na Austrália; agente da megalomania totalitarista na Alemanha de Hitler e na Rússia de Stálin (e, menos ambiciosa, se bem que mais efetiva, na Itália de Mussolini e na Espanha de Franco). Quando e onde lhe foi permitido concluir a tarefa – às vezes tardiamente, às vezes nunca –, foi executada a contento: simbólica, expressão da pompa, do poder, do prestígio, eximindo-se de todo propósito social mais amplo e até mesmo hostil a ele.

Existiu, no entanto, outra tradição, confusamente semiaparentada tanto com as correntes da cidade-jardim quanto da cidade monumental. Referimo-nos à visão do arquiteto urbanista Le Corbusier, o francês natural da Suíça que afirmou que o mal da cidade moderna estava na densidade de seu desenvolvimento e que o remédio, perversamente, consistia em aumentar essa densidade. A solução de Le Corbusier, segundo a qual um mestre planejador todo-poderoso demoliria por completo a cidade existente, substituindo-a



por outra feita de altas torres erguidas no meio de um parque, é discutida no capítulo 7. Em sua forma inteiramente pura, nunca foi acatada – o que talvez seja compreensível – por nenhuma administração municipal do mundo, seja em vida do autor, seja após sua morte. Mas partes dela o foram, e os efeitos revelaram-se pelo menos tão imensos quanto os da visão rival de Howard: toda uma nova cidade nas planícies do norte da Índia, competindo em escala formal e extensão de área com o monumento do Raj em Nova Delhi, construído no estilo neoclássico e definitivo de Lutyens; e ainda mais significativas, como impacto humano, as centenas de destruições parciais à base de escavadeiras e reconstruções verificadas em cidades mais antigas, de Detroit a Varsóvia, de Estocolmo a Milão.

Outra linha mestra do pensamento urbanístico, ou da ideologia urbanística – um e outra fundem-se imperceptível e confusamente –, reclama, também, atenção especial. Mas, de novo, à semelhança da última citada, ela também se apresenta firmemente entrelaçada a várias outras correntes importantes, inspirando-as e colorindo-as. Segundo ela, as formas construídas de cidades deveriam, o que não acontece agora, provir das mãos de seus próprios cidadãos; rejeitando, portanto, a tradição segundo a qual cabe às grandes empresas, públicas ou privadas, construir para as pessoas, adotando, em contraposição, a ideia de que as pessoas é que deveriam construir para si próprias. Encontramos essa noção poderosamente presente no pensamento anarquista que tanto contribuiu para a visão howardiana da cidade-jardim na década final do século XIX, e em particular para as ideias geddesianas de reabilitação urbana em partes, entre 1885 e 1920. Tal noção constitui um ingrediente básico e poderoso do pensamento de Frank Lloyd Wright nos anos de 1930, e em particular de sua Broadacre City. Ela volta à tona para produzir uma importante e mesmo dominante ideologia urbanística nas cidades do Terceiro Mundo, através do trabalho de John Turner – também ele saído diretamente do pensamento anarquista – na América Latina dos anos de 1960. E representa um elemento crucial na evolução intelectual do teórico de arquitetura anglo-americano Christopher Alexander, nessa década e na seguinte. Chega, por fim, ao seu auge com o movimento de projeto comunitário que, entre os anos de 1970 e 1980, invadiu os Estados Unidos e sobretudo a Grã-Bretanha, onde conquistou a suprema dignidade do patrocínio real. Esse relato longo e por vezes estranho é o tema central do capítulo 8.

Houve ainda outra tradição, embora seja mais difícil fixá-la em termos filosóficos e ela seja menos firmemente associada a um profeta dominante. É a visão de uma cidade dotada de infinita mobilidade graças aos progressos obtidos na tecnologia dos meios de transporte, em especial o automóvel, que

é tratada no capítulo 9. Essa é uma tradição que flui da admirável previsão feita na virada do século por H.G. Wells sobre a suburbanização maciça do sul da Inglaterra, passa pelas visões concretizadas nos projetos viários, como o realizado para Los Angeles em 1939 e para quase todos os outros lugares entre 1955 e 1965, e chega até a descrição de Melvin Webber sobre o domínio urbano do não lugar, em 1963-1964. A visão de Broadacre City, de Frank Lloyd Wright, assemelha-se muito a ela, bem como se assemelha a tantas outras das principais tradições; tal como a visão dos desurbanistas soviéticos dos anos de 1920, e também a seu modo, bem anteriormente, ao conceito de Soria sobre a cidade linear com todas as suas incontáveis e subsequentes derivações. De todas as grandes tradições, essa é a que mais se funde e se inter-relaciona com as demais, pois Howard, Le Corbusier, os regionalistas, todos eles tinham suas próprias versões individuais desse evangelho muito especial.

A maioria dessas ideias, embora destituída de qualquer possibilidade de realização na origem, foi essencialmente produto de ativistas, dos homens que plasmaram este mundo. Mais cedo ou mais tarde, frequentemente mais cedo, seus criadores puseram de lado palestras e escritos e passaram à ação; para vermos seus monumentos, basta que olhemos à nossa volta. Mas é importante, para qualquer história do movimento urbanístico, também compreender e enfatizar que, a partir dos anos de 1950, à medida que o planejamento tornou-se mais e mais um ofício que se aprende através da educação formal, ele foi progressivamente adquirindo um corpo mais abstrato e mais formal de teoria pura. Parte dessa teoria, segundo o jargão que lhe é próprio, é teoria *em* planejamento: conhecimento das técnicas e metodologias práticas, sempre tão necessárias aos planejadores, se bem que anteriormente eles as adquirissem no processo do próprio trabalho. Mas a outra, a teoria *do* planejamento, é uma história completamente diferente: sob essa rubrica os planejadores tentam compreender a verdadeira natureza da atividade que exercem, incluídas as razões que lhe justificam a existência. E foi aí que – como é hábito entre eles – teorias sucederam-se a teorias, paradigmas substituíram paradigmas, numa rapidez crescente e de modo por vezes desconcertante, se não exacerbado. Mesmo buscar um sentido parcial desta história, leva ao risco, imediato e óbvio, de aderir ao processo no seu todo, caindo nas malhas dessa mesma síndrome que buscamos compreender. Caberá ao leitor decidir se o capítulo 10 soube escapar da cilada.

Enquanto a academia seguia seu caminho, o mundo enveredava por outro. Indiretamente decorrente do movimento de projeto da comunidade descrito no capítulo 8, surgia a convicção de que muito do que foi feito em nome do planejamento fora irrelevante no nível estratégico mais alto e abstrato e

pernicioso no nível do solo, onde os resultados emergem e ficam à vista de todos. Isso porque, em meio século ou mais de prática burocrática, o planejamento degenerou numa máquina reguladora negativa, projetada para sufocar toda e qualquer iniciativa, toda e qualquer capacidade criadora. Eis, no entanto, outra ironia histórica: o pensamento de esquerda retornou às raízes anarquistas, voluntaristas, em pequena escala e de baixo para cima do planejamento; os redutos do pensamento de direita passaram a reclamar um estilo empresarial de desenvolvimento; e ambas as alas pareciam a pique de abraçar-se nos bastidores. Daí as mudanças, em vários países, para regimes de planejamento simplificado e secretarias agilizadas que pudessem reduzir a burocracia\* e gerar uma cultura vigorosa, independente, empreendedora, sem tantos acidentes de percurso. Durante os anos de 1980, tal convicção, que não passou de superficial na América do Norte, de repente emergiu em países até então julgados imunes como a Grã-Bretanha. Traçar tais conexões, amiúde sutis e muito indiretas, é a preocupação central do capítulo 11.

Depois dessa grande explosão de atividade, voltada principalmente para a regeneração dos centros urbanos, os anos de 1990 representaram um período de consolidação. A busca da sustentabilidade foi o tema preponderante nessa década, e o desenvolvimento urbano sustentável tornou-se quase um mantra. Mas, ao mesmo tempo, os administradores e planejadores urbanos viram-se cada vez mais competindo com outras cidades ao buscar reconstruir suas economias, substituindo indústrias moribundas ou mortas por outras novas, e restabelecer a paisagem industrial destroçada resultante dessa mudança econômica cataclísmica. Esses dois temas, a cidade competitiva e a cidade sustentável, amalgamaram-se num foco renovado na recuperação urbana: forjando um renascimento urbano, o tema de um documento-chave programático britânico do fim dos anos de 1990, que viria restaurar a saúde das cidades e produzir formas urbanas novas, compactas e eficientes. Essa é a história contada no capítulo 12.

Enquanto isso, em meio à decorrente plethora de secretarias e empreendimentos, as cidades iam seguindo seu caminho. Algo, porém, começou a manifestar-se, perturbadoramente, já desde meados dos anos de 1960 em diante: em vez de melhorarem, certas partes de certas cidades – e, sem sombra de dúvida, certas pessoas nessas partes dessas cidades – estavam piorando, pelo menos num sentido relativo, e possivelmente também no absoluto. À medida que um esforço de revitalização urbana sucedia a outro, parecia com muita frequência que todos se beneficiavam, exceto aquelas pessoas para quem os esforços foram muitas vezes especificamente projetados. Mais: é provável que essas pessoas estivessem simplesmente transmitindo sua condição de uma

geração para outra, tornando-se efetivamente menos capazes de ascenderem de nível, à medida que a corrente principal da economia e da sociedade delas se distanciava. Tais sugestões foram repelidas com indignação e mesmo veemência; mas não arredariam pé, porque o fenômeno permaneceu, claro e patente. Esse debate e os fenômenos que o detonaram são analisados no capítulo 13.

Existe uma simetria incomum e inquietante sobre este livro: após cem anos de debates acerca de como planejar a cidade, após reiteradas tentativas – embora equivocadas ou distorcidas – de pôr ideias em prática, damos-nos conta de que estamos quase de volta ao ponto de partida. Os teóricos retrocederam drasticamente às origens anarquistas do planejamento; a cidade mesma é novamente vista como um lugar de decadência, pobreza, mal-estar social, intranquilidade civil e, possivelmente, até mesmo de insurreição. O que não significa, está claro, que não tenhamos chegado a parte alguma: a cidade do milênio é um lugar imensamente diferente, e inquestionavelmente muito superior, quando comparada com a cidade de 1900. Significa, isso sim, que certas tendências parecem ter-se reafirmado; provavelmente porque, na verdade, jamais tenham deixado de estar presentes.